

Menos, Batista, menos...

Por **Antonio Delfim Netto**

Com toda razão, Fernando Henrique Cardoso e seus principais auxiliares festejam o extraordinário sucesso do programa de estabilização monetária - o chamado Plano Real -, viabilizado pela firme determinação do mercurial presidente Itamar Franco, de quem ele próprio foi ministro da Fazenda. Visto 20 anos depois, ele continua uma pequena joia por sua concepção técnica e pela habilidade política e transparência com que foi posto em prática pelo ministro Ricupero.

Foi um ponto de inflexão na condução da nossa política econômica. Resgatou a confiança da sociedade brasileira, profundamente erodida pelos fracassos anteriores: Cruzado 1 (1985) - o mais bem-sucedido "estelionato eleitoral" de que se tem conhecimento na história universal - Cruzado 2 (1986), Bresser (1987) e Verão (1989) no governo Sarney, Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991).

Os números dos governos FHC, Lu

Comparação de indicadores para os períodos

Indicador*	FHC
Inflação (em % ao ano)	9,2
Crescimento (em % ao ano)	2,3
Déficit nominal (em % do PIB)	5,1
Déficit em transações correntes (em US\$ bi, corrigido pelo PPI)	33,9

Deixaram um inconformismo social que desabou em milhares de ações que, um quarto de século depois, estão sob julgamento no Supremo Tribunal Federal. Infelizmente, ainda não é claro que temos duas questões distintas: 1) se houve dano ao "poder de compra" dos depósitos das cadernetas de poupança, que sejam especificamente corrigidos: a consequência se esgotará no eventual ressarcimento; e 2) se, entretanto, for declarada a inconstitucionalidade dos planos, as consequências serão graves e retirarão do poder do Estado graus de liberdade fundamentais para o exercício futuro da política econômica, o que será uma tragédia.

Num momento eleitoral que parece repetir 1994, PSDB e PT encontram-se, em 2014, numa situação antissimétrica curiosa. O PT foi o único partido que não entendeu a possibilidade de sucesso do Plano Real. Ignorou os avanços da teoria monetária e dos programas de combate à hiperinflação desenvolvidos no plano israelense de 1984 (sobre o qual os economistas do Real eram particularmente bem informados através de seus professores). Apostou, na eleição de 1994 (FHC contra Lula), que ele fracassaria como os anteriores. Deu-se muito mal em 1994 e 1998!

Apesar dos avanços institucionais e de algumas contribuições importantes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, junto com a disciplina imposta aos bancos estaduais, foram decisivas para estabelecer alguma ordem nas finanças públicas da Federação, o Plano Real nunca terminou no que diz respeito ao equilíbrio fiscal. Em 2002, o baixo crescimento do PIB de 1995-2002 (2,3%) e a recusa do PSDB de defender com coragem o que tinha feito (por exemplo, o grande aumento da eficiência produtiva gerada pelas privatizações), facilitou a tarefa da urna de corrigir o economicismo do governo FHC, manifestado como "fadiga de material".

É um pouco ridícula a disputa quase infantil sobre quem foi 'melhor'

Lula venceu a eleição e construiu uma enorme inclusão social, o que teria sido impossível sem o sucesso da estabilização e sem o "vento de cauda" exterior. O mecanismo dessa inclusão, o uso universal do salário mínimo como indexador (e não o Bolsa Família), tem um preço: estressa cada vez mais, na margem, o crescimento do PIB, o equilíbrio fiscal, a taxa de inflação e o déficit em conta corrente.

A situação privilegiada da presidente Dilma no processo eleitoral em marcha mostra que, aparentemente, a "fadiga de material" não chegou ao ponto em que o jogo com a urna corrigirá os excessos do poder incumbente. Sendo assim - como parece - o objetivo de voltar a um crescimento mais robusto nos próximos anos só pode ser realizado com um aumento da produtividade física do trabalho superior à do salário real. Isso, com a simultânea redução da relação dívida bruta/PIB, da convergência da taxa de inflação à meta e o relativo equilíbrio nas transações correntes, construirá uma profunda confiança recíproca entre o governo e o setor empresarial privado para elevar os investimentos.

Exigirá, também, dos empresários a superação do entendimento que o legítimo objetivo governamental de "modicidade tarifária" não é um desejo de "lucro zero" e, do governo, que respeite os sinais alocativos do mercado em lugar de tentar substituí-los pelo voluntarismo.

De qualquer forma, é um pouco ridícula a disputa quase infantil que estamos assistindo sobre quem foi "melhor": os oito anos de FHC, os oito de Lula ou os três de Dilma. Cada um teve seus méritos e sua herança. O primeiro estabilizou, os segundos distribuíram. Do ponto de vista dos resultados objetivos, e não da propaganda, nivelam-se, com o crescimento no governo Dilma ficando, na margem, cada vez mais parecido com o de FHC.

A tabela abaixo revela esse fato. É por isso que para os recíprocos e calorosos autoelogios, tanto no PSDB quanto no PT, é preciso recomendar como fazia o professor Raimundo na sua célebre escolinha: "Menos, Batista, menos...".

Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feira